

-3)POSSIBILIDADES E ENTRAVES NA CRIAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA, SÃO PAULO, BRASIL.

Ilson Juliano Barreto – ilsonjuliano@hotmail.com – Universidade Estadual Paulista – UNESP, Campus de Rio Claro, São Paulo, Brasil. Bolsista de Doutorado da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, FAPESP.

Resumo

A metropolização do espaço vem se apresentando como tema que, se por um lado fascina, por outro, lança desafios, muitas vezes não respondidos pelas concepções teóricas vigentes, justamente pelo fato de os estudos anteriores já não darem mais conta de responderem ao dinamismo das mudanças pertinentes às metrópoles e ao próprio fenômeno da metropolização do espaço. Por força da Lei Complementar nº 14/1973, surgem as nove primeiras regiões metropolitanas brasileiras: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém. Até o início dos anos de 1990, se mantinham as nove regiões metropolitanas iniciais. Por força da Constituição de 1988 - que delegou aos governos das unidades da federação a incumbência da criação de novas regiões metropolitanas - percebemos nas décadas vindouras, uma verdadeira “explosão” quantitativa das mesmas. Assim sendo, este trabalho discute a viabilidade da criação da Região Metropolitana de Sorocaba à luz do Projeto de Lei Complementar nº33/2005, que sugere a criação de tal unidade político-administrativa que, se criada, será a quarta região metropolitana do estado de São Paulo.

1. Introdução

Quando o assunto é a análise e o estudo de uma ou várias cidades capitalistas, vemos num primeiro momento de sua apreensão, um conjunto de diferentes usos da terra justapostos. Tais usos definem áreas como, por exemplo, o centro da cidade: lócus de concentração de atividades comerciais, de serviços e de gestão, áreas industriais, áreas residenciais distintas em termos de forma e de conteúdo social e de lazer, entre outras; e aquelas de reserva para futura expansão e exploração oportuna do capital imobiliário. Para Corrêa (1995, p.7): “Este complexo conjunto de usos da terra é, na realidade, a organização espacial da

cidade, ou simplesmente, o espaço urbano, que aparece assim como espaço fragmentado”.

A cidade dos nossos dias apresenta uma dinâmica tão fascinante e rica em sua multiplicidade de funções que, indubitavelmente, uma só disciplina não cumpriria a contento o papel de estudá-la. Sendo assim, a soma dos “saberes” de diversas disciplinas, em especial, as voltadas às ciências humanas, nos parece uma saída bastante plausível no objetivo de vencer os desafios decorrentes de tal estudo.

Tomar a cidade como espelho de análise significa compreender a multiplicidade de atores e motivações particulares; significa explicar constantemente as diferenças. Não se trata de qualquer nostalgia ideográfica, mas pelo contrário, trata-se de conferir significado às escalas do cotidiano e às suas articulações com outras escalas temporais e espaciais, tomando como suposto que não há explicação simples para fenômenos complexos. (CASTRO, 1993, p. 92).

Santos (2008, p. 24) nos chama a atenção para a complexidade e os desafios nos estudos pertinentes ao sistema urbano:

No sistema urbano há, por conseguinte, tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras. Aqueles esquemas simplórios que nos acostumamos a reproduzir e enfeitam a maioria das nossas teses, artigos e livros, mostrando redes urbanas formadas com diversas categorias de cidades distinguidas em níveis hierárquicos, são coisas agradáveis ao olhar, sem dúvida, instrumentos de aproximação da realidade, mas não são suficientes para a sua interpretação. Esse tipo de classificação em níveis sucessivos deixa de ter significação à proporção que cada cidade passa a ter uma relação direta com a demanda da sua região, e à proporção que cada região se especializa: uma especialização regional, que é, também, especialização da demanda ligada ao consumo produtivo. A cidade se dobra à essa demanda, se reforma, se reorganiza, se refaz, se recria.

Os temas focados na dinâmica urbana são bastante contundentes e parecem instigar cada vez mais os que se lançam em seu estudo, num momento histórico em que a grande maioria dos pesquisadores parece apontar para uma verdadeira crise teórico-metodológica, em função principalmente do atual estágio da acumulação capitalista, que imprime no espaço um intenso movimento de construção/reconstrução, por muitas vezes não identificável e não compreensível, quando estudado de maneira superficial e sem aprofundamento na análise do que é complexo por essência: a dinamicidade e a volatilidade do capital.

A realidade urbana nos coloca diante de problemas cada vez mais complexos, que envolve o desvendamento dos conteúdos do processo de urbanização, hoje, uma tarefa que deve ser coletiva, através de um debate que deve ser fundamentado contemplando várias perspectivas teórico-metodológicas, como possibilidades abertas com a pesquisa urbana em Geografia. Por outro lado, não se pode ignorar o conhecimento acumulado sobre a cidade que contempla um profícuo debate interdisciplinar como esforço das ciências parcelares na direção de sua elucidação. Este conhecimento acumulado revela-nos a cidade enquanto obra da civilização, bem como lugar de possibilidades sempre ampliadas para a vida humana; ao mesmo tempo em que um desafio se eleva no horizonte das análises urbanas; poderiam as ciências parcelares, isoladamente, construir um entendimento sobre a cidade em sua totalidade? E nesta direção, qual a contribuição possível de cada uma para a constituição de um entendimento da cidade como ponto de partida para o desvendamento do mundo moderno? (CARLOS, 2004, p. 18)

Por fim, a cidade capitalista, cada vez mais mercadoria e com seu espaço disposto na forma de um verdadeiro mosaico de áreas subordinadas o tempo todo ao interesse do capital, vai sendo criada e recriada segundo os interesses do mesmo. Neste contexto, surgem com bastante destaque os temas metrópole e metropolização, que trataremos de expor com mais minúcias no item seguinte.

2. Metrópole e Metropolização do Espaço

Agora a metrópole está presente em toda a parte e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais no período atual a de um lugar funcional à sociedade como um todo. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se hoje funcionalmente centrais. Os lugares seriam mesmo, lugares funcionais da metrópole. (SANTOS, 2008,p.101)

Quando falamos em urbanização brasileira, os anos de 1970, indubitavelmente, foram de extrema importância para os que se lançam em seu estudo. A partir desta década, pela primeira vez, há uma predominância de população urbana em relação à rural. Neste momento, as duas maiores cidades do país, São Paulo e Rio de Janeiro, já apresentavam significativa população, sendo que aí, o país possuía apenas 5 cidades com mais de um milhão de habitantes. Surgem também, nesse período, por força da Lei Complementar de nº 14 de 1973, as Regiões Metropolitanas. Inicialmente, foram criadas nove regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Fortaleza e Belém.

Explicar o processo de formação e o que é uma metrópole não é tarefa fácil, mas, sobre o referido assunto, achamos bastante oportuna a citação abaixo:

A metrópole é uma forma histórica de organização do espaço geográfico. Um tipo específico de habitat humano. A forma pela que se expressa o maior nível de adensamento populacional existente na superfície terrestre. Trata-se de uma massa contínua de ocupação humana e de edificações contíguas, sem paralelo no globo. Uma grande aglomeração de pessoas e de espaços socialmente construídos, de magnitude ímpar na história. O fato metropolitano é, portanto, temporal e espacialmente singular, expressando uma particularidade do mundo contemporâneo. (MORAES, 2006, p. 23).

Ainda esclarecendo que:

Se uma das cidades que formam uma aglomeração urbana crescer e se destacar demais, apresentando-se com uma cidade grande e com uma área de influência econômica, pelo menos, regional, então

não se está mais diante de uma simples aglomeração, mas de uma metrópole. Uma metrópole é, também, por conseguinte, um “minissistema” em escala local, polarizado, esse sistema, por uma cidade principal, que abriga o núcleo metropolitano [...]. (SOUZA, 2003, p. 33).

E, sobre o fenômeno da metropolização do espaço:

A metropolização pode ser compreendida como um momento de maior complexidade do processo de urbanização; um fenômeno que se refere muito mais aos modos de vida e de produção que à própria dimensão territorial das metrópoles. [...] Dessa forma, o processo de metropolização não pode ser capturado por limites previamente definidos, o que agrava o conflito entre as unidades político-administrativas historicamente determinadas e o processo urbano-espacial em curso. (MOURA; FIRKOWSKI, 2003, p. 33).

Mas, no tange o marco conceitual, uma aglomeração metropolitana é o mesmo que região metropolitana?

Aglomeração metropolitana (ou área metropolitana): corresponde à mancha de ocupação continua ou descontinua diretamente polarizada por uma metrópole, onde se realizam as maiores intensidades de fluxos e as maiores densidades de população e atividades, envolvendo municípios fortemente integrados ou considerando parcialmente ou inteiramente área de um único município. A densificação de atividades e populações acontece nas áreas metropolitanas (KNOX; AGNEW, 1994).

A região metropolitana se apresenta como uma aglomeração metropolitana que, sob o crivo do Estado, se institucionaliza:

A aglomeração metropolitana polariza o que poderia vir a ser institucionalizado enquanto “região metropolitana”, que poderia ser maior ou idêntica à aglomeração, mas sempre decorrente de uma ação pragmática do Estado. [..] “região metropolitana” corresponde

a uma porção definida institucionalmente, como no Brasil, as nove RMs institucionalizadas pela Lei 14 e 20/73 ou as atuais definidas pelas legislações dos estados brasileiros, com finalidade, composição e limites determinados. (OBSERVATÓRIO, 2004, p. 8)

Até o início dos anos de 1990, ainda se mantinham as nove regiões metropolitanas iniciais, mas, a partir daí, por força da Constituição de 1988, que delegou aos governos das unidades da federação a incumbência da criação dessas regiões metropolitanas, o que se percebe então, é uma verdadeira “explosão” quantitativa das mesmas, em especial, depois de 1994. Atualmente, segundo o IBGE, são 36 Regiões Metropolitanas oficiais, muitas delas, motivo de intensa discussão no seio acadêmico, principalmente no que se refere aos critérios utilizados no processo de criação de tais unidades político-administrativas, com destaque ao fato de que muitas das novas regiões metropolitanas não possuem ainda, sequer, um milhão de habitantes.

Entre as questões que podem ser levantadas, vale considerar até que ponto regiões metropolitanas recentes, as de iniciativa estadual, podem ser efetivamente identificadas nessa categoria, já que algumas delas não estariam se coadunando com critérios correntemente utilizados para essa caracterização, tais como a massa crítica de populações da própria cidade central, a densidade demográfica e econômica dos municípios componentes, a representatividade das migrações pendulares, acessibilidade, entre outros. (DAVIDOVICH, 2003, p.61).

No que tange ao crescimento de populações no interior das regiões metropolitanas, as mesmas têm apresentado um crescimento superior se comparado aos índices nacionais, apontando para uma concentração/desconcentração populacional no interior dos limites metropolitanos. Ou seja, o que se observa, segundo estudos recentes, na maioria dos casos, é uma diminuição da população da cidade sede da região metropolitana e um aumento de populações nas outras cidades que compõem o aglomerado metropolitano.

Outro fator importante que cabe aqui salientar é que, em especial, nas duas metrópoles nacionais, São Paulo e Rio de Janeiro, o deslocamento de população

para os pontos intermediários e periféricos no contexto metropolitano, não implica necessariamente numa perda de importância do município sede. Se em um primeiro momento há uma migração industrial para outras cidades da região metropolitana, sabidamente à procura de vantagens comparativas - o que inclui o já referido fluxo de trabalhadores há procura de trabalho - o poder decisório de tais aglomerados industriais continua fixado na cidade principal, onde uma série de fluxos materiais e imateriais, qualitativos e quantitativos, está presente para dar suporte a tal gerenciamento, composto substancialmente por capital transnacional.

3. A Criação da Região Metropolitana de Sorocaba

No dia 15 de agosto de 2011 a cidade de Sorocaba completará 357 anos. Segundo dados do IBGE¹ a cidade possui atualmente uma população de 586.311 habitantes, distribuída numa área de 449 KM², o que atribui à mesma, uma significativa densidade demográfica: 1305 habitantes por KM². Outro fato que chama a atenção com relação ao referido município, é a forte concentração de população na área urbana: 98,98%, contra 1,02% na área rural. A cidade se configura como quarta mais populosa do interior paulista, atrás apenas de Campinas, São José dos Campos e Ribeirão Preto.

Localizada na região sudoeste do Estado de São Paulo (Fig. 1) é sede de Região Administrativa polarizando 79 cidades. Juntas somam uma população em torno de 2,5 milhões de habitantes, geradora de significativa receita no contexto estadual. Ponto de passagem para importantes cidades do sul e centro-oeste do país, concentra hoje, algo em torno de 1600 indústrias dos mais variados segmentos, que contam ao seu favor com o fato de serem bem servidas por duas das principais rodovias brasileiras – a Raposo Tavares e a Castello Branco – , vias de escoamento fácil de população e de produção em direção à capital, de onde dista 87 km, ao Porto de Santos, distante a apenas 159 km, além, da Região Sul do país.

Como dito no parágrafo anterior, a cidade de Sorocaba está localizada há menos de 100 quilômetros da capital paulista; e, se considerarmos a borda da Região Metropolitana de São Paulo, evidentemente, essa distância cai. Assim sendo, há uma visível influência da maior metrópole do país sobre a cidade de Sorocaba e todas as cidades vizinhas à mesma. Há um forte movimento pendular entre as duas cidades, em especial, de trabalhadores e estudantes que, na ausência

de carros próprios ou por simples opção, têm a sua disposição, ônibus de linha, como a Viação Cometa que tem saídas em intervalos de 15 minutos rumo à capital. Além disso, embora na ilegalidade, fretamentos em carros de passeio acontecem a todo instante.

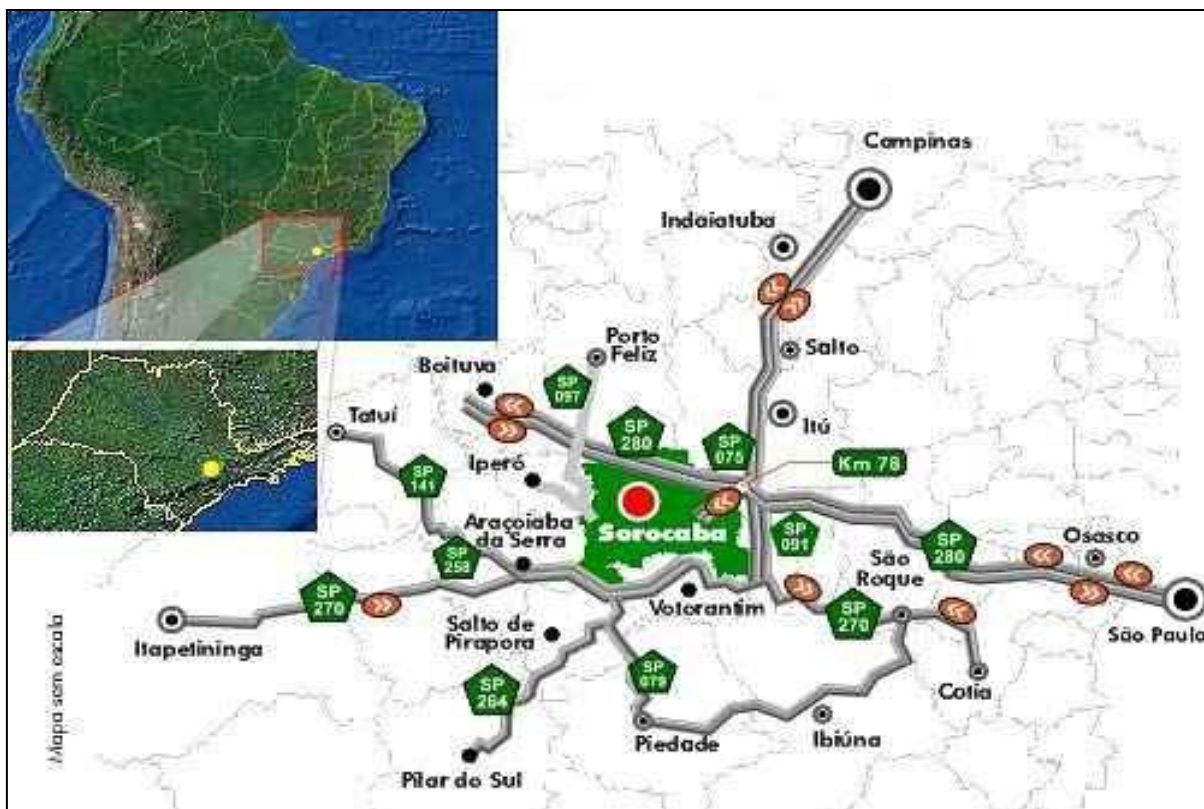


Figura 1- Localização da cidade de Sorocaba e municípios no seu entorno.

Escala: 1: 1300000

Fonte: www.vivacidade.com.br

Organização: Barreto, I. J.

Por outro lado, a cidade de Sorocaba vem, já há algum tempo, intensificando sua influência sobre as cidades circunvizinhas. Tal fato se justifica, em especial, pelos seguintes pontos: 1) oportunidades de trabalho, com destaque aos setores industrial, de serviços e comercial; 2) oferta de uma gama de serviços como os voltados à saúde e a educação. Cabe aqui destacar que a cidade conta hoje com 10 universidades/faculdades, cabendo salientar a presença – a partir dos primeiros anos da década anterior - da UNESP e da UFSCAR. Os centros hospitalares também são destaque, com forte representatividade no Hospital Unimed (particular e um dos maiores da América Latina) e no Hospital Regional (público); 3) vários

centros comerciais, com destaque aos ancorado pelo binômio Esplanada Shopping Center/Carrefour, Wal Mart Hipermercados, Extra Supermercados e Sorocaba Shopping Center. Os três primeiros, controlados por grandes grupos transnacionais. Além desses, merece destaque o comércio atacadista, com forte representação no Makro Atacadista e no Assai Atacado.

Em 2005, através do Projeto de Lei Complementar nº 33, o Deputado Estadual do PT, Hamilton Pereira sugere à Assembleia Legislativa Estadual de São Paulo, a criação da Região Metropolitana de Sorocaba. Tal Projeto de Lei ainda tramita na referida Casa de Leis, mas, desde então, vem provocando, principalmente em nível local e regional, uma série de debates e discussões a respeito da iniciativa do referido deputado, em especial, no que tange às viabilidades de um Projeto de tanta magnitude para a cidade de Sorocaba e todos os municípios que comporiam esta Região Metropolitana que, se oficializada, seria a quarta do estado. Cabe lembrar que no Estado de São Paulo existem atualmente as seguintes regiões metropolitanas: Região Metropolitana de São Paulo, Região Metropolitana de Campinas e Região Metropolitana da Baixada Santista. Na tabela abaixo, os municípios elencados no Projeto de Lei que cria a Região Metropolitana de Sorocaba, suas áreas e respectivas populações:

MUNICÍPIOS QUE COMPORIAM A REGIÃO METROPOLITANA DE SOROCABA

<u>MUNICÍPIO</u>	POPULAÇÃO	ÁREA (em km²)
BOITUVA	48323	248
CAPELA DO ALTO	17533	143
ALUMINIO	16845	95
ARAÇARIGUAMA	17085	138
ARAÇOIABA DA SERRA	27323	283
IBIÚNA	71228	1.088
IPERÓ	28301	165
ITU	154200	642

MAIRINQUE	43225	214
PIEDADE	52214	729
PORTO FELIZ	48914	569
SALTO DE PIRAPORA	40141	255
SALTO	105569	160
SÃO ROQUE	78873	313
SOROCABA	586311	443
VOTORANTIM	108872	177
TOTAL	1.444.957	5662

Fonte: IBGE - dados sobre a população-Censo/2010.

4. Considerações Finais

Este nosso artigo é um apêndice da nossa Tese de Doutorado ainda não conclusiva em sua totalidade, mas que já nos direciona e nos dá subsídios para algumas reflexões. Em uma das entrevistas por nós realizadas, em meados de 2010, com o autor do Projeto de Lei que sugere a criação da Região Metropolitana de Sorocaba, o deputado estadual Hamilton Pereira percebemos no mesmo, um grande entusiasmo, em especial, em função do fato de o referido Projeto já ter tramitado e sido aprovado por várias comissões no interior da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. Porém, em função do fato de o ano de 2010 ter sido ano eleitoral, as fases conclusivas para a efetiva criação da Região Metropolitana de Sorocaba só devem ocorrer a partir deste ano - no período pós-eleitoral - o que certamente exigirá grande empenho daqueles que se aplicam na aprovação de tal Projeto. Acabamos de concluir nossas entrevistas com os prefeitos das 16 cidades que compoariam a virtual Região Metropolitana de Sorocaba, e, percebemos junto à maioria desses chefes do executivo, um significativo entusiasmo em torno da criação de tal unidade político-administrativa. Porém, aliado ao entusiasmo dos prefeitos, uma constatação bem clara é a de que os mesmos ainda possuem poucas informações sobre o que é na prática uma região metropolitana e, quais os reais ganhos dos municípios que representam com a institucionalização de

tal unidade político-administrativa. Uma queixa bastante ouvida entre os prefeitos é a de que sentem falta de reuniões políticas que tenham como objetivo esclarecer suas dúvidas a respeito do tema.

Entendemos e pudemos constatar em nossas pesquisas sobre a cidade e o urbano, a importância da força política como poder decisório e incontestável na configuração e reconfiguração dos espaços urbanos regionais. Porém, temos como certo que, embora as ações políticas se apresentem muitas vezes como reveladoras de verdades absolutas a ponto de nos induzir às respostas evidentes, de maneira nenhuma podemos fugir do espírito crítico que deve alimentar aquele que se debruça sobre determinada pesquisa. Assim sendo, procuramos ter como eixo-mestre deste nosso trabalho, os seguintes questionamentos: a dinâmica regional justifica a criação de uma região metropolitana tendo como cidade pólo Sorocaba? Partindo da ideia da qual corroboramos de que não pode haver região metropolitana sem que haja no seio da mesma uma metrópole, questionamos: Sorocaba é uma metrópole? Os sinais de metropolização vistos em Sorocaba e sua hinterlândia não seriam apenas evidência da expansão da chamada macrometrópole? Responder a esses questionamentos a contento requer maior aprofundamento na análise dos dados coletados nas várias etapas deste trabalho, o que exatamente estamos fazendo neste momento. Não podemos nos esquecer de que nosso alvo de estudo está inserido na região mais dinâmica e complexa do país: a Região Metropolitana de São Paulo e todo o seu entorno.

Por fim, uma coisa já nos parece evidente no que se refere aos processos de criação das regiões metropolitanas. Em tais processos, tem havido, por muitas vezes, uma quase ausência de critérios, onde, por exemplo, várias dessas unidades político-administrativas possuem como pólo central, cidades com bem menos de 500 mil habitantes, São os casos da cidade paranaense de Maringá e da catarinense, Criciúma.

5. Notas

¹ Dados do Censo Demográfico 2010.

6. Referências

BRASIL – IBGE. CENSO 2010. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acessado em 29/11/10.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O Espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004, 154 p.

CASTRO, Iná E. Tempo e Espaço no Cotidiano. In: 3º Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Rio de Janeiro: Anais da AGB, 1993, p. 92.

CORRÊA. Roberto Lobato. O Espaço Urbano. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

DAVIDOVICH, Fanny. MetrÓpole e Contemporaneidade, Algumas pontuações. In: CARLOS, LEMOS (orgs.), Dilemas Urbanos: Novas Abordagens sobre a Cidade. São Paulo: Contexto, 2003. 430 p.

FIRKOWSKI, O. L. C. F.; MOURA, R. Brasil Metropolitano: uma configuração heterogênea. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, nº 105, p. 33-56, jul/dez.2003.

KNOX, P; AGNEW, J. The Geography of the World Economy: an introduction to economic Geography. 2 ed. London: Edward Arnold, 1994.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Notas Metodológicas Sobre Metropolização e a MetrÓpole Paulistana. In: CARLOS, OLIVEIRA (orgs). Geografias das MetrÓpoles. São Paulo: Contexto, 2006. 540 p.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Projeto Análise das Regiões Metropolitanas do Brasil. Contrato Ministério das Cidades. FASE, Trabalho Realizado por IPPUR, FASE, IPARDES. Disponível em www.observatoriodasmetrosoles.ufrj.br.

PEREIRA, Hamilton. Projeto de Lei nº 33. Dispõe sobre a criação da Região Metropolitana de Sorocaba. São Paulo, Câmara dos Deputados, 05 de outubro de 2005.

SANTOS, Milton. A Urbanização Brasileira. São Paulo: Hucitec, 2008.133 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. ABC do Desenvolvimento Urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.192 p.